



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 3.309

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 72, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS,

CONSIDERANDO QUE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 018/93, APROVOU A CONCESSÃO DE UM ABONO DE CÍRIO AOS SEUS FUNCIONÁRIOS,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELA PRESIDÊNCIA, NESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

**RESOLVE** PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

I - FICA A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL AUTORIZADA A CONCEDER ABONO DE CÍRIO, NO VALOR DE Cr\$ 8.000,00 (OITO MIL CRUZEIROS REAIS), AOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS E INATIVOS DESTA CORTE, BEM COMO AOS MILITARES QUE INTEGRAM A GUARDA DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL, EXCLUINDO-SE DA CONCESSÃO OS SERVIDORES EQUIPARADOS À MAGISTRATURA;

II - AOS MENORES PRESTADORES DE SERVIÇO, INDICADOS PELA FUNDAÇÃO, FICA A PRESIDÊNCIA AUTORIZADA A CONCEDER O REFERIDO ABONO, NA MEDIDA DO VALOR FIXADO NO ITEM ANTERIOR.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 30 DE SETEMBRO DE 1993.

  
CONSELHEIRO IRMALDIR ROCHA

PRESIDENTE